

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO III**

### **DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **QUESTÃO 3**

Suponha que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em processo administrativo, determine ao Ministério Público do Estado do Tocantins a interrupção do pagamento de determinada gratificação aos procuradores de justiça do estado que participam das sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Nessa situação, poderia o Ministério Público Estadual impetrar mandado de segurança contra o ato do CNMP? Fundamente sua resposta na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO III**

### **DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

#### **QUESTÃO 3**

Considere que João tenha firmado, para a compra de um veículo de uso pessoal, contrato de *leasing* no qual haja cláusula de variação cambial lesiva ao consumidor. Em face dessa situação hipotética, possui o Ministério Público capacidade postulatória para a discussão em juízo do referido contrato? Quais os fundamentos constitucionais e legais amparariam a propositura de tal ação?

---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO III**

### **DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

#### **QUESTÃO 3**

O promotor de justiça, após receber vistas de boletim circunstanciado de ocorrência, relatando a prática de ato infracional análogo ao crime de ameaça, cometido por um adolescente, ajuizou representação, requerendo, ao final, a imposição de medida socioeducativa de internação, em razão da reiteração contumaz, comprovada por sentenças transitadas em julgado, pela prática de infrações graves. A defensoria pública apresentou defesa prévia, alegando, preliminarmente, ausência de condição de procedibilidade da ação, visto que inexistente, nos autos, a representação do representante legal da vítima. Sucessivamente, em relação ao mérito, requereu a aplicação da medida socioeducativa de advertência, aduzindo ser incabível a internação do adolescente, visto que o suposto fato não foi cometido mediante violência.

Com base nessa situação hipotética, discorra, de modo fundamentado, sobre os argumentos jurídicos apresentados pela defensoria pública.

---